

Geografias do turismo no vasto continente africano

Davis Gruber Sansolo*
Rita de Cássia Ariza da Cruz**

Resumo

Este artigo faz uma análise da espacialização do turismo no continente africano, a partir de uma breve contextualização histórica. Além disso, faz uma leitura crítica da inserção deste continente nos roteiros turísticos internacionais. Para tanto, constrói uma proposta de regionalização da África em função de seu uso e apropriação pela atividade turística. Para além, todavia, da ação hegemônica dos agentes hegemônicos da produção dos espaços para o turismo, considera, também, a existência de contrarracionalidades hegemônicas relacionadas ao turismo no continente, manifestadas na forma de experiências de turismo de base comunitária.

Palavras-chave: África, turismo, produção do espaço, hegemonia.

Abstract

This article brings an analysis on the spatial distribution of tourism in Africa, from a brief historical contextualization. It also does a critical reading of the insertion of this continent in international tourist routes. To do so, it makes a proposal for the regionalization of Africa due to its use and ownership by tourist activity. Besides, however, the action of hegemonic agents of the production of spaces for tourism, it considers, too, the existence of counter-hegemonic rationalities related to tourism on the continent, expressed in the form of experiences of community-based tourism.

Keywords: África, tourism, production of space, hegemony.

Introdução

Um dos pressupostos orientadores da análise aqui empreendida é a de que os territórios não são portadores de uma vocação intrínseca para esta ou aquela atividade. Isso significa reconhecer, entre outras coisas, que talvez a única atividade econômica hoje completamente dependente de uma dada localização ambiental seja o extrativismo mineral, posto que a humanidade não inventou

“ainda” uma forma de extrair minérios de onde os mesmos não existam.

A exploração econômica de recursos minerais, por outro lado, não tem nada de “natural”, estando diretamente relacionada à transformação histórica da natureza em meio de produção. Conforme colocado por Smith, no capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorrem em escala mundial. Ainda conforme o autor: “A procura de matérias-primas, a reprodução da força

*Professor conferencista da UNESP Campus Litoral Paulista - Pesquisador colaborador do Laboratório de Tecnologias e Desenvolvimento Social da COPPE /UFRJ.

** Professora de Geografia da Universidade de São Paulo

de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sob o modo de produção capitalista" (SMITH, 1988, p. 88).

Os primórdios da colonização europeia tiveram como importante empreitada a mudança do significado da terra para as diversas tribos africanas. Antes, a idéia de terras como mercadoria, como valor de troca, era ausente, pois esta era dotada de significados míticos e compreendida como lócus de trabalho e de reprodução sócio cultural. A cartografia europeia serviu como instrumento de racionalização, de geometrização do território, de meio de desterritorialização cultural, favorecendo a expropriação e a mercantilização dos recursos naturais (KI-ZERBO, 1972)

A inserção econômica do continente africano na economia-mundo, ao longo da história, relaciona-se à apropriação, exploração e comercialização, por potências hegemônicas, de suas riquezas naturais, de suas terras agricultáveis e da exploração humana como força de trabalho. Vale dizer, então, que esta foi e tem sido uma inserção subordinada aos interesses dominantes e dominadores daquelas nações.

Segundo dados das Nações Unidas, 218 milhões de africanos, cerca de 30% da população total, sofre de fome e de desnutrição crônica; 80% das explorações agrícolas na África possuem menos de dois hectares, e seu número alcança os 33 milhões. O rendimento dos cereais não tem aumentado, situando-se, na região, em cerca de 1,2 toneladas por hectare, frente a uma média de cerca três toneladas por hectare no conjunto dos países em desenvolvimento. Além disso, 40% da população da região vive em países sem saída para o mar. Tal situação exemplifica as condições gerais resultantes de relações assimétricas de dominação entre nações europeias e sociedades africanas, com suas formas históricas de organização social e suas culturas.

Países como Guiné, Serra Leoa, Libéria, Gana, Nigéria, Gabão, Angola, Namíbia, Botsuana, Zimbábue e Zâmbia, por exemplo, destacam-se no comércio mundial de recursos minerais. Fornecedores de produtos primários e afetados por graves crises políticas internas tratam-se, todos, de

países com péssimos indicadores sociais. Por outro lado, no que tange à sua inserção na geografia do turismo mundial, esses países ocupam posição absolutamente marginal, assim como praticamente toda a África subsaariana, com exceção feita à África do Sul.

Diferentemente da atividade mineradora, os recursos apropriados pela atividade econômica do turismo podem estar em qualquer lugar uma vez que são histórica social e culturalmente produzidos como tal, ou seja, tanto elementos da natureza como objetos produzidos pelo homem podem ser convertidos em "atrativos turísticos" em função de sua cooptação pelo mercado.

Isto é o que vem acontecendo com os grandes parques naturais africanos, transformados em áreas de visitação turística por um mercado mundial ávido pela diversificação de seus produtos. A incorporação de paisagens africanas aos roteiros internacionais do turismo decorre da produção imaterial desses lugares como "destinos turísticos", produção esta engendrada no campo da *psicoesfera* (SANTOS, 1996), "através de preferências moldadas ao ritmo da publicidade, de modas culturais e esportivas, de critérios estéticos, de possibilidades técnicas e estratégias de mercado" (SILVEIRA, 1997).

Para além dos safáris, antes voltados à caça recreativa, atividade cultuada pela elite europeia, hoje, em busca da melhor imagem, sobretudo de grandes mamíferos, visitantes destinam-se para áreas protegidas na Tanzânia, na África do Sul, em Moçambique e na Namíbia. Também encontram lugar na geografia do turismo mundial países norte africanos, geograficamente muito próximos do continente europeu e cujos patrimônios natural, destacando-se praias, e cultural têm surgido como principal mote da mobilização de fluxos turísticos internacionais. Tal é o caso de Egito, Tunísia e Marrocos, principalmente.

A inserção do continente africano na geografia do turismo mundial reproduz – como não poderia deixar de ser – as mesmas lógicas que moveram a sua inserção na economia-mundo em sentido mais amplo, ou seja, uma inserção subordinada, em grande medida forjada "de fora para dentro" e atendendo, portanto, a demandas exógenas.

Divisão Internacional do trabalho, regionalização dos fluxos mundiais de turismo e o lugar do continente africano

Conforme *ranking* mundial dos destinos internacionais de turismo, produzido pela Organização Mundial do Turismo – OMT, o primeiro país africano a figurar nesse ranqueamento, segundo dados de 2008, foi o Egito, que recebeu, naquele ano, 10,6 milhões de turistas estrangeiros, enquanto a África do Sul recebeu 9,1 milhões (25º lugar), o Marrocos, 7,4 milhões (31º lugar) e a Tunísia, 6,8 milhões (34º lugar). Todos esses países, juntos, ficaram com cerca de 1/3 do fluxo de turistas recebido pela França (que detém a primeira posição do *ranking*) no mesmo ano, ou seja, 81,9 milhões de turistas.

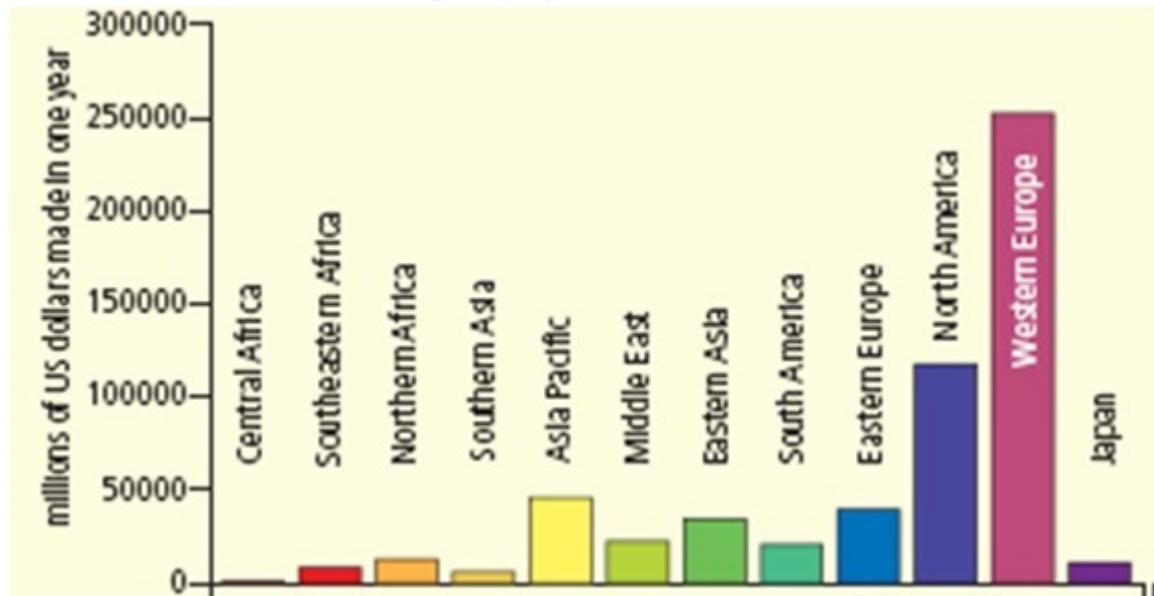
Naturalmente, não é o número de turistas estrangeiros, como dado isolado, que revela o tipo de turismo que está em curso no mundo. Tão significativo quanto este dado é aquele que diz

respeito à riqueza feita circular por essa parte da população mundial, que está se deslocando pelo planeta, motivadas pelas mais diversas razões, entre as quais o lazer.

O Gráfico 1 contribui, nesse sentido, para compreendermos o lugar do continente africano na geografia do turismo mundial, na medida em que revela, por exemplo, que, do total de receitas produzidas pelo turismo, em 2003, África e Ásia de Sudeste ficaram com a menor “fatia do bolo”.

Devemos atentar, também, para as sensíveis diferenças inter-regionais dessa análise, considerando a divisão regional adotada no Gráfico 1. Como se pode notar, a África Central (da qual fazem parte países como Angola, República Centro-Africana, Ruanda, Gabão, entre outros), auferiu a menor porção das receitas do turismo geradas no continente como um todo. Os países africanos do norte (entre os quais Tunísia, Egito e Marrocos), por sua vez, demonstram ter obtido, em 2009, melhores resultados que, por exemplo, a Ásia de Sudeste.

Gráfico 1: Total de receitas do turismo (por região)

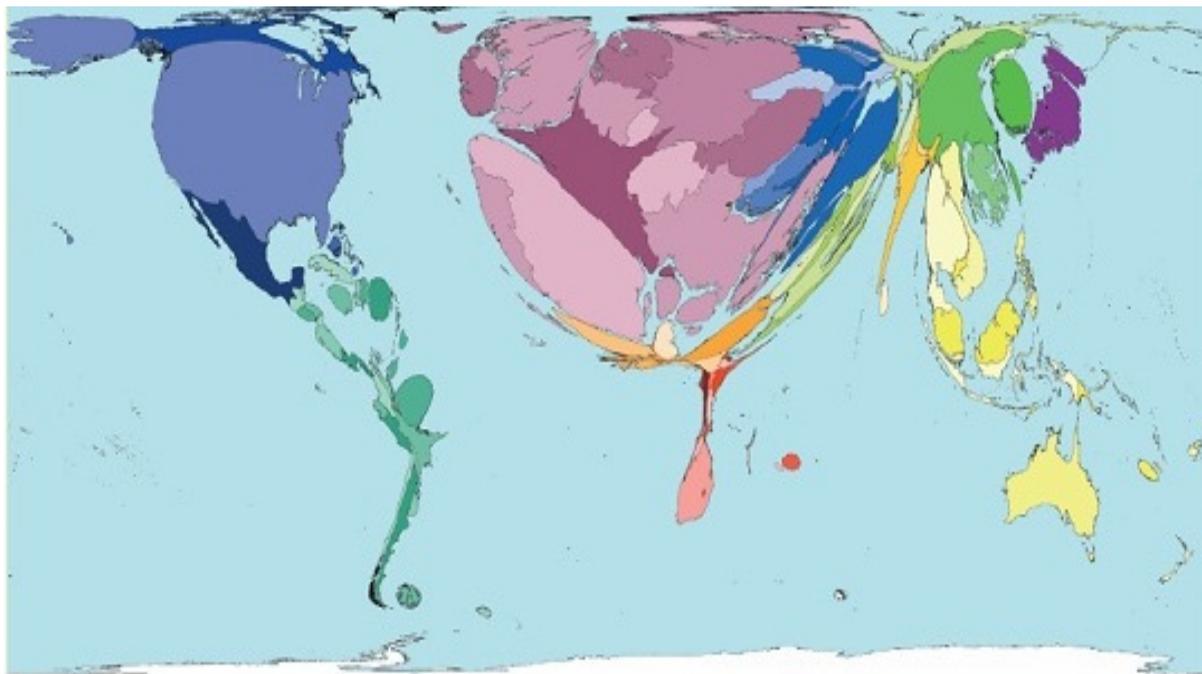


Fonte: University of Sheffield & University of Michigan. Disponível em: www.worldmapper.org. Consultado em dez/09.

A anamorfose produzida pelo mesmo grupo de pesquisadores das universidades de Sheffield e de Michigan (EUA), com base, também, em

dados de 2003, permite visualizar a distribuição geográfica dessa desigualdade.

Figura 1: Receitas do Turismo – Distribuição geográfica pelo mundo (2003)



Fonte: University of Sheffield & University of Michigan. Disponível em: <www.worldmapper.org> Consultado em dez. 2009

Algumas das mais baixas receitas *per capita* do turismo internacional também estão em países africanos. Conforme análise empreendida por aquele grupo de investigadores das Universidades de Sheffield e de Michigan, em um *ranking* decrescente, envolvendo 200 países, Nigéria (191º), Burkina Fasso (192º), Guiné (197º), República Centro-Africana (198º) e Burundi (200º) estão entre os dez últimos colocados.

Ainda que se reconheça que a primeira década dos anos 2000 alterou, de forma significativa, esse quadro, dados mais recentes, do ano de 2007, revelam a permanência da concentração geográfica da riqueza gerada pela atividade do turismo, conforme denotado no Gráfico 2. O continente europeu ficou com mais da metade da receita do

turismo internacional naquele ano, enquanto o continente africano auferiu apenas e tão somente 3% dessa riqueza.¹

A exposição desses dados nos mostra, entre outras coisas, que a geografia dos fluxos turísticos internacionais é inquietantemente reveladora de aspectos mais gerais da Divisão Internacional do Trabalho em escala planetária.

Se, por um lado, a emissão de turistas é fortemente subordinada às condições socioeconômicas de uma nação, a direção desses fluxos é igualmente condicionada por essas condições, ou seja, o maior "intercâmbio" de turistas está no hemisfério norte, entre nações de maior dinamismo econômico, exceção feita à Oceania, com destaque para Austrália e Nova

Zelândia.

Naturalmente, a discussão sobre receitas geradas pelo turismo deve considerar que a distribuição social de tais riquezas é uma questão interna a cada nação, dependente, portanto, de suas políticas distributivas de renda e riqueza.

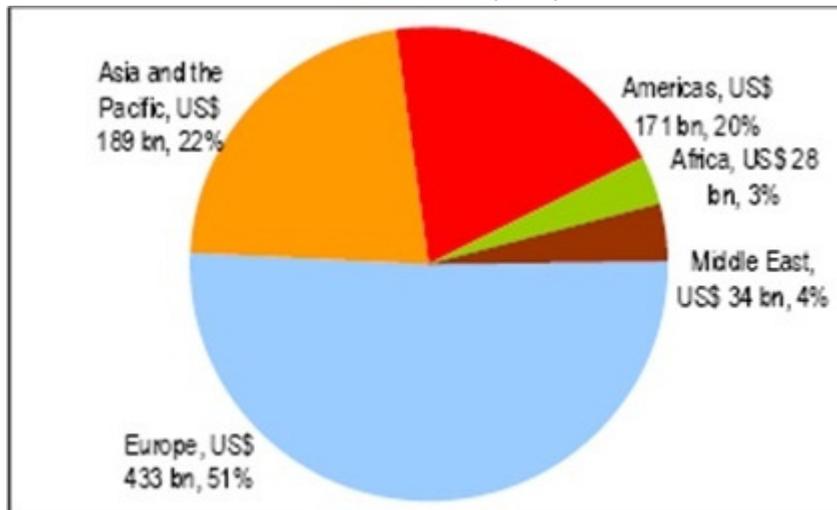
Conforme Brohman (1996) e Lea (1993), citados por Okech (2010: 3),

"...companies which monopolize the organization of international mass tourism (Brohman, 1996) earn handsome profits by charging management fees, making limited investment, and through various licensing, franchise and service agreements. This keeps the parent company in a controlling position thereby allowing it to repatriate most of

the foreign exchange. Relatively large amounts of foreign exchange are lost to the developed world because of the structural dependency created through widespread foreign ownership, control and management of tourism enterprises in the Third World (Lea, 1993 apud Okech, 2010)".²

O maior desenvolvimento de uma *tecnoesfera* (SANTOS, 1996), povoada por infraestruturas de circulação, hospedagem e lazer, além de uma ampla gama de estruturas e de serviços apropriados pela atividade econômica do turismo, somadas a sofisticadas estratégias de *marketing* explicam, em grande parte, a geografia hegemônica dos fluxos turísticos internacionais, retratada no Mapa 1.

Gráfico 2: Receitas do turismo internacional (2007)



Fonte: UNWTO (2008)

No caso do continente africano, soma-se à precariedade generalizada de infraestruturas tanto de circulação como básicas, problemas de saúde pública, entre os quais focos de doenças como malária, AIDS, dengue etc. além de um sem número de conflitos étnicos e religiosos bem como conflitos por território e pela exploração de riquezas minerais como o diamante e o ouro. Países como Angola, República Democrática do Congo, Sudão, Ruanda, entre outros, vivem sob permanente

instabilidade política, o que agrava as condições sócioeconômicas de cada uma dessas nações.

A seletividade espacial da atividade econômica do turismo se, por um lado, não exclui completamente esses países da geografia dos fluxos internacionais, por outro, os insere apenas de forma parcial e periférica. Isso significa que somente poucos fragmentos do território continental africano foram capturados por esses fluxos e, além disso, essa inserção é comandada

pelos grandes operadores do turismo internacional, vinculados a capitais europeus e norte-americanos.

A geografia dos fluxos turísticos internacionais constitui, como se pode ver até aqui, um espelho fiel das desigualdades social e historicamente produzidas na escala planetária. Além disso, pode-se dizer que o turismo, ao contrário do que propalam governos e mídia em geral, pouco ou nada contribui para a alteração desse quadro. A grande diferença cambial entre dólar, euro e moedas de países africanos restringe o impacto positivo dos gastos de turistas norte-americanos e europeus no continente africano³. Por outro lado, o controle de pacotes turísticos por agências e operadoras de turismo sediadas naqueles países implica a concentração de parte significativa das receitas geradas pelo turismo nos próprios países de origem desses fluxos.

Se o turismo carrega consigo, portanto, a possibilidade intrínseca de promover alguma circulação da riqueza, tal possibilidade é restringida, em parte, pela ação hegemônica dos sujeitos hegemônicos que atuam no mercado internacional de turismo.

Do neocolonialismo ao turismo contemporâneo: processos de regionalização transpostos

A compartimentação do espaço geográfico, a regionalização, é um procedimento de recorte intencional da realidade, cujos critérios dependem de um enquadramento ideológico determinado. A região como um fato dado pela aparência (natural ou social), ou efetuada por uma escolha estatística, ou analisada como uma repercussão política e econômica resulta de ações intencionais de recorte da realidade.

Regionalizar a África considerando seu uso e apropriação pelo turismo é um exercício cujos parâmetros são balizados por uma atividade externa a multiculturalidade do continente, isto é, definida segundo parâmetros que conectam o binômio forjado pela lógica capitalista da oferta e da demanda, no caso, oferta de atributos, demandados pelo mercado turístico. Como atividade típica do modo de produção capitalista, produz, consome e seleciona espaços bem como se apropria de paisagens para colocá-las no mercado das viagens e do entretenimento (Luchiari, 1998),

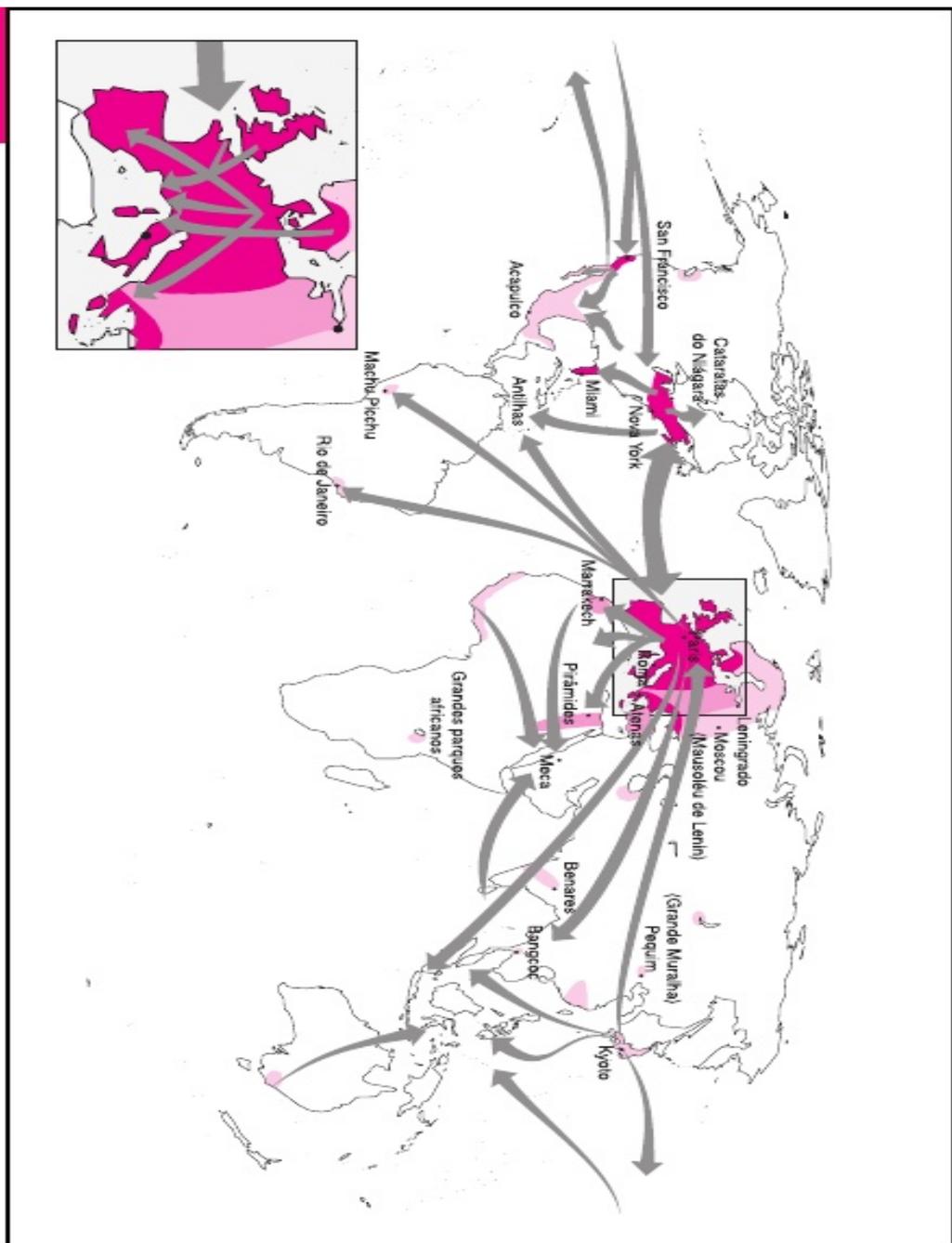
compreendidas as paisagens, aqui, como heranças históricas de relações entre sociedade e natureza.

Para o visitante e para o mercado do turismo, as paisagens são consideradas, muitas vezes, como simples cenário destituído das relações políticas, econômicas, culturais e sociais que historicamente as engendraram. A natureza, por sua vez, é tida como um dado do presente, igualmente destituída de sua dinâmica, de seus processos e de tempos que extrapolam o tempo da escala de vida humana.

No caso da África, a compreensão sobre a espacialidade do turismo contemporâneo, não pode negligenciar a história pré-colonial, de povos diversos, com organizações sociais e culturas diversas, pois essa diversidade continha territorialidades igualmente distintas, desenvolvidas também em relação a outros povos de outros continentes ao longo do tempo.

"Os Negro, matéria-prima malaxada no decorrer dos tempos pelas influências exteriores, vindas dos Fenícios, dos Gregos, dos Romanos, dos Judeus, dos árabes, dos Persas, dos Hindus, dos Chineses, dos Indonésios e (last but not least) dos Europeus, tal é a tela de fundo que serve de ponto de partida para investigação de certos historiadores africanos e para maior parte dos historiadores não africanos" (Ki-Zerbo 1972).

Ki-Zerbo (op. cit) alerta sobre as análises preconceituosas, que induzem à idéia de que a África Negra é um mero produto das incursões externas, mantendo-se portanto passiva diante dessas influências. No caso do turismo, podemos dizer, certamente, que a lógica capitalista não impôs o turismo à vontade dos povos africanos, sem encontrar uma porta de entrada. Se o ser humano é um ser relacional por natureza (BUBER, 2004) na África não seria diferente. Foram os povos nômades do Saara (Berberes, Beduínos) que ensinaram aos Beneditinos o valor da hospitalidade (GRINOVER, 2007), de se estar incondicionalmente preparado para receber o visitante, o estranho, disponível para, portanto, a relação, ainda que essa disponibilidade em algum momento possa ser tensionada devido, por exemplo, à uma hospitalidade impositiva ou à subjugação daqueles



Mapa 2: Distribuição geográfica dos fluxos turísticos pelo mundo (2005)
Fonte: Simielli (2007).

que recebem.

Lógicas externas impostas ao continente africano, decorrentes da hegemonia de potências externas, viabilizaram a configuração do turismo contemporâneo. Segundo Henriques (2003), a Conferência de Berlim ocorrida entre o final de 1884 e o início de 1885, se não foi o *locus* da partilha do território africano, certamente contribuiu para definir novas fronteiras e novas territorialidades que até hoje vêm se constituindo.

O turismo na África, tal como em qualquer outro lugar do planeta, coloca em contato direto as "territorialidades nômades" daqueles que estão apenas de passagem pelos lugares e o que Knafou (1996) chama de "territorialidades sedentárias" de quem vive no lugar. Por outro lado, se o turismo não redefine fronteiras, tem operado todavia, como mais uma forma de "partilha do território africano", igualmente definida por agentes hegemônicos do mercado internacional diretamente vinculado

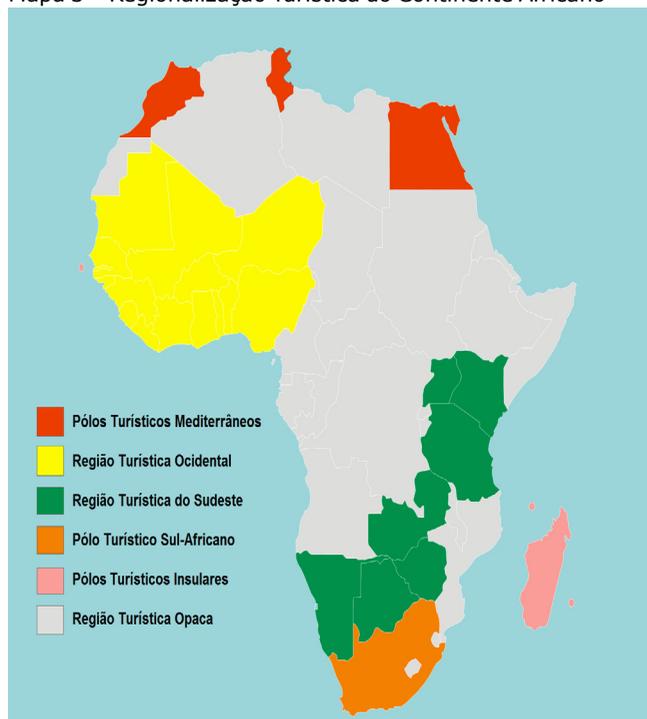
à atividade, mercado este formado, sobretudo, por operadores de viagens e grandes cadeias hoteleiras.

Assim, no afã de construir uma aproximação acerca da forma como o turismo vem se territorializando na África, ousamos propor, a partir do que foi exposto até aqui, uma regionalização da atividade no continente, considerando "usos predominantes dos territórios pelo turismo" ou principais motivações das viagens internacionais, restringindo-nos à escala das nações.

Fundamentamos nossa análise no turismo internacional ao assumir que o turismo interno é sensivelmente menos impactante, no continente africano, em relação ao ordenamento de seus territórios, que os fluxos intracontinentais.

Isto posto, chegamos à seguinte proposta de regionalização do vasto continente africano em relação a seu uso e apropriação pela atividade turística:

Mapa 3 – Regionalização Turística do Continente Africano



Autor: André Luiz Sabino (2011)

Pólos Turísticos Mediterrâneos: trata-se de uma região turística fragmentada, formada por Marrocos, Tunísia e Egito, países que se destacam no continente africano pelo significativo fluxo de turistas bem como pela hibridiz das motivações responsáveis pela atração desses fluxos tais como "sol e praia", negócios e patrimônio histórico-arquitetônico. A proximidade geográfica com o continente europeu e as línguas coloniais faladas nesses países, somadas à valorização histórica e cultural de seus atributos, constituem fatores determinantes da inserção dessa região na geografia dos fluxos internacionais de turistas.

Em função da pouca projeção da Argélia e da Líbia enquanto destinos do turismo internacional, não é possível reconhecer, no norte da África, uma região turística contígua. Além disso, outros países da porção norte do continente (Chade, Níger, Mali, Sudão, Mauritânia etc, inseridos numa zona considerada como de fome severa) também têm inexpressiva posição na geografia dos fluxos turísticos mundiais, por razões diversas tais como instabilidade política e deficiências infra-estruturais graves.

Pólo Turístico Sul-Africano: dadas as gritantes diferenças – em termos de indicadores sócioeconômicos - que separam a África do Sul do conjunto de países inseridos na Região Turística dos Parques Nacionais, este país somente pode ser compreendido como uma região turística do tipo enclave, ou seja, sintomaticamente apartada da realidade do turismo que se passa nos países avizinhos. A proeminência econômica da África do Sul no continente africano e sua relativa estabilidade política das últimas décadas, explicam a realização, neste país, da Copa do Mundo 2010, mega evento esportivo utilizado, inclusive, para fomentar, ainda mais, os fluxos internacionais de turistas para este país ou para este polo turístico, tal como estamos considerando aqui. Internamente, a África do Sul se apresenta ao mercado internacional de forma regionalizada, enfatizando características que valorizam os "diferenciais competitivos" dos territórios (PORTER, 1990). O patrimônio natural tem sido o principal recurso utilizado pelos promotores do turismo em todas as regiões, não obstante a imensa riqueza e diversidade cultural

da República Sul Africana. As regiões definidas pelos promotores do turismo são: *Western Cape e Cape Town*, na parte meridional do país, onde se destaca uma movimentada vida cultural. O relevo tabular que emoldura a cidade e as praias são características igualmente apresentadas como destaques da região, além da afamada produção vinivicultora. *Garden Rout* é a região costeira oeste da África do Sul. Destacam-se aí paisagens naturais como alagados, dunas e montanhas além de um legado cultural tribal. Na região *Kuazulu-Natal* encontrase a cidade litorânea de Durban, destino de muitos veranistas Sul-africanos. Em sua porção norte encontram-se diversas reservas particulares para caça e é considerada a região originária da nação Zulu. Trata-se de uma região multicultural, onde convivem sul-africanos, indianos e europeus. É também uma região de onde partem pescadores esportistas. *Johanesburgo* é conhecida como a capital econômica da África do Sul. Cosmopolita, foi palco de grandes lutas pela queda do regime do Apartheid, destacando-se o bairro de *Soweto*. *Mpulanga* é a região onde se encontra uma paisagem natural com grandes vales encaixados, fauna típica da savana e cultura do povo Ndebele, conhecida pela sua expressão artística colorida e geométrica. *Limpopo* é a região onde se encontra o National Kruger Park, um dos mais famosos do mundo. Composto por uma paisagem de savana possui uma fauna típica e fácil de ser observada em safáris fotográficos. Faz fronteira com Moçambique, Botswana e Zimbábue. Rustenburg a noroeste possui *resorts* luxuosos e reservas de savanas abertas a visitação. *Fee State* encontra-se no centro da África do Sul, entre os Rios Vaal e Orange. Senso uma paisagem marcada por um relevo tabular recortado por vales. Trata-se de uma área ocupada por fazendas e pequenos povoados. Faz fronteira com o Lesoto. *Nothern Cape* é a região onde se concentra o maior número de parques nacionais. Há uma grande diversidade de paisagens, variando do deserto do Kalaari, savanas, e região costeira. É considerada um *hot spot* devido à sua biodiversidade.

A regionalização da República Sul-Africana acima exposta resulta da busca do governo de destacar os diferenciais comparativos e competitivos do país, como estratégia de *marketing*

para colocar as paisagens compostas por natureza e cultura, no mercado turístico internacional.

Pólos Turísticos Insulares: Entre as seis nações insulares africanas, quatro se destacam na geografia dos fluxos turísticos internacionais, ou seja, Madagascar, a maior delas, juntamente com Seychelles e Ilhas Maurício, todas no Oceano Índico e as Ilhas de Cabo Verde, no Atlântico. Essas ilhas-Estado são conhecidas por suas praias paradisíacas bem como pelo exotismo de sua natureza tropical. Naturalmente, o turismo internacional tem um forte impacto sobre esses lugares, marcados pela excepcionalidade geográfica e ambiental.

Região Turística do Sudeste Africano.

Esta região coincide, geograficamente, com o maior conjunto contíguo de terrenos elevados do continente africano, onde se situam o Planalto dos Grandes Lagos e o Planalto de Bié bem como o deserto de Kalahari. Apesar da presença do deserto, esta área corresponde, também, à maior porção contígua do continente africano coberta por vegetação, seja ela *rain forest* ou savanas. Abarca países da porção sul e oriental da África Subsariana (Uganda, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Botsuana e Namíbia).

Região Ocidental Africana.

Trata-se da região na qual estão localizados países como Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Libéria, Mali e Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. São países delimitados pelas antigas fronteiras coloniais, as quais desprezaram as identidades e diferenças culturais e pré-políticas existentes na região, o que até hoje vem gerando conflitos entre etnias locais. Sendo uma das regiões mais carentes do continente africano, não se trata de uma região receptora de destaque. Ghana é um dos poucos países que compartimentaram seu território em função do turismo na África Ocidental. Com uma relativa estabilidade política, possui 10 regiões delimitadas.

As três regiões costeiras são apresentadas como áreas de grande valor cultural e ambiental

com destaque para Greater Acra onde se localiza a capital. As outras duas possuem alguma estrutura para receber turistas, embora bastante insipiente. Há possibilidade de integração com comunidades costeiras. Em direção ao interior as outras regiões destacam-se pelas florestas tropicais em bom estado de conservação e as culturas locais. Em direção ao interior, as demais regiões são destacadas pela paisagem exótica do Sahel e da diversidade de etnias existentes na região. Contudo, observa-se uma nítida escassez de estruturas para receber turistas.

Região Turística Opaca: fazem parte dessa região, todos os outros 39 países africanos não incluídos nas regiões acima definidas, o que significa reconhecer que cerca de 2/3 do continente africano está praticamente excluídos das rotas turísticas internacionais, fato que pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Embora a atividade turística possa, reconhecidamente, gerar divisas e postos de trabalho, ele é capaz, também, de usurpar os lugares receptores de fluxos expressivos pela exploração da mão-de-obra local e pelo desrespeito aos patrimônios natural e cultural dos lugares.

Turismo de Base Comunitária no Continente Africano

Distinto da lógica convencional do setor turístico, o turismo de base comunitária surge como uma contradição do modelo capitalista de desenvolvimento, como parte do circuito inferior da economia (SANTOS, 2008). Não se pode dizer que se trata de um turismo alternativo, pois como contradição faz parte do sistema. É muito comum que iniciativas de turismo de base comunitária surjam aliadas a lutas sociais tais como: conservação de recursos naturais, luta pela terra, pelo emprego, pelo fortalecimento da identidade cultural, dentre outras. Tais iniciativas operam como atividades de complementação de renda e de apoio a essas diversas lutas.

Há muitos enfoques e conceituações sobre o turismo de base comunitária. No Brasil, as múltiplas iniciativas existentes dificultam uma única conceituação. Bartholo, Sansolo & Burztsyn,

(2009) apresentam uma diversidade de olhares e de experiências existentes em diversas regiões brasileiras. No continente africano, também

se multiplicam os casos de turismo de base comunitária. A geógrafa britânica Loise Dixey em entrevista ao Instituto Virtual do Turismo

Mapa 3 Regiões turísticas de Ghana



Fonte: <http://www.touringghana.com>

- IVT indica que existem diversas iniciativas em países como Uganda, Quênia, Zâmbia, Namíbia, Botswana e Moçambique. Para ela turismo de base comunitária ocorre sempre que:

“ a comunidade local tem o uso e / ou direitos de propriedade dos recursos (tangíveis e intangíveis) utilizado para fins turísticos,

- a comunidade local, através de uma entidade representante legal desempenha um papel direto na tomada de decisão, direção e gestão dos recursos turísticos, e
- o objetivo seja que a comunidade receba benefícios líquidos diretamente e / ou indiretamente, de iniciativas de turismo” (DIXEY, 2010).

Entre as iniciativas relacionadas ao turismo de base comunitaria, Dixey destaca:

- Kawaza Village Tourism Project (KVTP), em Zambia, que foi organizada e desenvolvida pelos

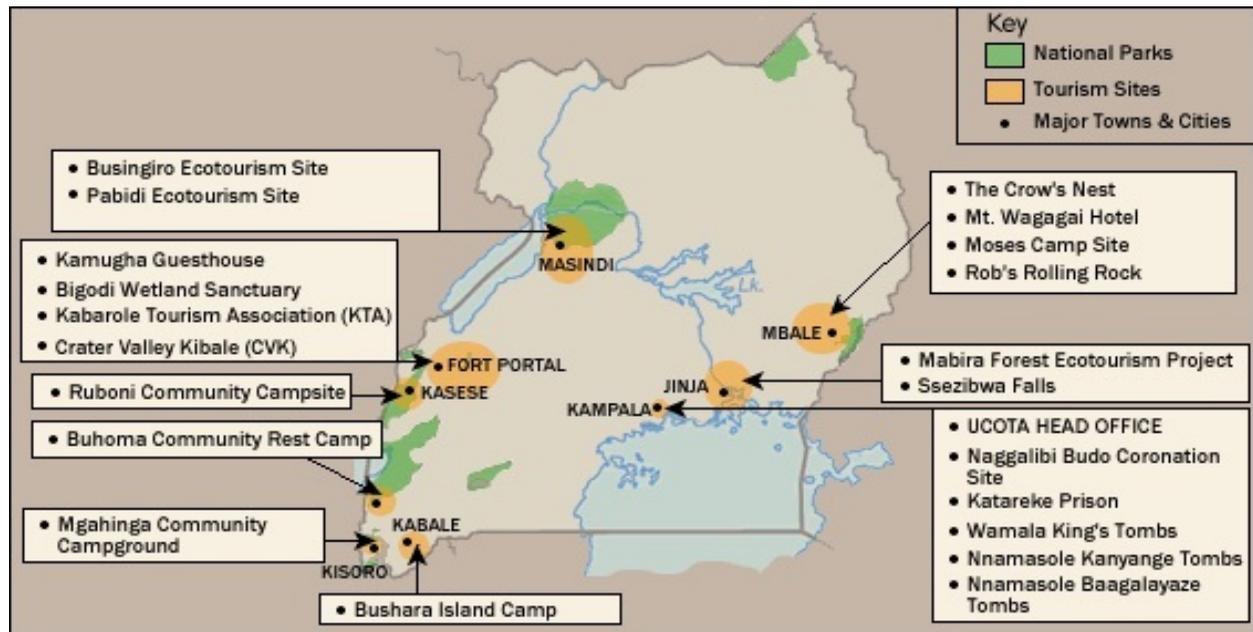
aldeões nas proximidades do Parque Nacional South Luangwa (<http://www.kawazavillage.co.uk/>).

-Bulungula Lodge, na África do Sul, na região do Cabo Oriental, (<http://www.bulungula.com>). Trata-se de uma pousada pertencente a um casal de Sul-africanos que estabeleceram uma parceria com vilarejo Nqileni, o qual detém 40% dos direitos sobre a pousada.⁴

-Sankuyo Tshwaragano Management Trust (STMT), em Botswana. Trata-se de uma empresa em que 50 % das ações pertencem a comunidade. O foco é o turismo fotográfico no limite sul do Moremi Game Reserva no Delta do Okavango.

Em Uganda, existe a Uganda Community Tourism Association, a qual vem apoiando a formação, a organização e a promoção do turismo de base comunitária. A maioria das iniciativas localiza-se próximo a áreas protegidas.

Mapa 4 - Turismo de Base Comunitária em Uganda.



Fonte: <http://www.ucota.or.ug>

Na Namíbia existe a Community Based Tourism Association - NACOBTA, responsável pela organização do turismo de base comunitária do país, foi formada em 1995 por comunidades que desejavam trabalhar com turismo.

Além dessas iniciativas, existem, provavelmente, outras diversas espalhadas pela África, as quais não são de nosso conhecimento.

Uma das características que diferencia o turismo de base comunitária do turismo convencional é sua espacialidade. Embora seja necessário estrutura para que turistas possam chegar, visitar, hospedar-se, alimentar-se e entreter-se, não se produz um espaço turístico para o turista consumir. Não constitui este, pelo menos, um objetivo. A infra-estrutura existente é a que serve aos habitantes da comunidade, no campo ou na cidade. Como não se busca receber um grande contingente de visitantes consecutivamente, uma vez que não se baseia na lógica da economia de escala, mas em uma rede de comércio justo e da economia solidária, as iniciativas de turismo de base comunitária organizam-se, em geral, para receber visitantes com investimentos suficientes para que o turista tenha conforto e acolhimento.

São freqüentes as iniciativas que se localizam próximas ao interior de áreas protegidas na África e em outras partes do mundo. Dessa maneira, a preocupação com a conservação ambiental é, em diversos casos, um ponto chave.

O que as comunidades apresentam ao turista são as suas territorialidades, a territorialidade comunitária, aberta ao visitante, disposta de forma real, da maneira como vivem. Por outro lado, o turista deve saber que viverá uma experiência distinta de outras relacionadas a destinos de consumo massivo. Desse modo, minimiza-se a possibilidade de conflito ou de sobreposição das territorialidades de turistas e de moradores, como indica Knafo (1996) em relação ao turismo convencional.

Portanto, embora uma lógica capitalista hegemônica venha se apropriando e produzindo uma geografia do turismo na África, as contradições inerentes a esse processo histórico, também se expressam no território, por meio da organização das comunidades, que lutam pelo direito de afirmar sua identidade e de se relacionar por meio

das diferenças. Dessa maneira, essas práticas constituem um elo de uma rede continental e global que encontra no turismo de base comunitária uma via de autoafirmação, de possibilidade de relação com culturas e sociedades diferentes, além da satisfação de parte das necessidades materiais do grupo.

Considerações Finais

As relações entre turismo e território evidenciam a lógica capitalista de produção dos espaços numa escala global.

A divisão entre espaços receptores, espaços emissores e espaços de deslocamento não encerra as relações de poder que se estabelecem sobre os territórios. Entretanto, na escala continental, é possível interpretar que a África é notadamente um espaço receptor de turistas, ainda que represente a periferia dos espaços turísticos internacionais, exceção feita a alguns lugares selecionados, devido a atributos combinados, tais como: localização próxima a espaços emissores, fatores climáticos (clima mediterrâneo, tropical e subtropical), disponibilidade de praia e sol, presença na paisagem com patrimônio arquitetônico de culturas pretéritas, tais como romana e egípcia. Países que mantêm como uma de suas línguas oficiais a língua do colonizador, tais como francês e inglês, também são "favorecidos" pelos países emissores desde que combinada esta característica com os outros atributos referidos.

A diversidade zonal africana, constituída por desertos ao norte e a sudoeste, savanas, floresta equatorial e uma zona costeira extensa e plural, implica um outro atributo muito atraente aos turistas: sua fauna. Desde o período colonial, a fauna africana já atraía nobres e aventureiros caçadores esportistas. Até hoje existem reservas privadas, destinadas à caça, sobretudo, voltadas ao mercado europeu e norte americano.

Por outro lado, inovações ideológicas do mundo contemporâneo levaram para a África as áreas naturais protegidas. Nos parques nacionais, a proteção se alia a novas formas de consumir a natureza: safáris de observação e registro fotográfico, tal como no Kruger Park, na África do

Sul, ou no Serengeti na Tanzânia, dentre outras diversas áreas protegidas .

A diversidade cultural africana, oprimida pelo processo de criação de Estados-Nação, começa a ser revalorizada pelos africanos e por turistas contemporâneos. Tanto a cultura ancestral quanto a cultura híbrida, composta pela miscigenação das culturas africana, européia e asiática, são postas no mercado internacional de turismo como um produto que se soma à natureza, ambos para serem consumidos.

Os promotores do turismo, por sua vez, vendem paisagens estanques. Regionalizam seus territórios, assim como em outras partes do mundo, aos moldes da região Lablachiana: regiões com paisagens únicas, quase isoladas em si mesmas. A história é exposta como fragmento cênico, ausente de contradições e de conexões com outras escalas espaciais. Os antigos povos e tribos, quando muito são expostos como folclore, ou como fragmento de um passado distante. Suas lutas, crenças e valores não possuem interpretes e veículos de comunicação que os valorizem diante dos visitantes. Excetua-se o cidadão comum, que espontaneamente se dispõe a receber e a apresentar seu povo, seu país, sua cultura. Nas ruas de Maputo é frequente o contato e a conversa simpática com os habitantes locais que demonstram prazer em informar, de se comunicar e comunicar ao estrangeiro quem são, suas preferências, e a lógica confusa para quem é de fora, da paisagem de um país que soma heranças de culturas ancestrais, da colonização portuguesa, da revolução comunista e da recente inserção na lógica do mercado global.

Também na África do Sul não é difícil encontrar guias locais dispostos a apresentar elementos reveladores da luta contra o Aparthaide, e também o bairro de Soweto. A despeito da urbanização turística convencional da costa leste sul-africana, pode-se encontrar guias que levam o visitante interessado conhecer a vida comunitária na área rural de Mtubatuba.

O que se pretendeu com esse artigo foi construir uma análise de como o turismo, enquanto atividade globalizada, vem se espacializando no continente africano, cada vez mais em busca de novos territórios, novas paisagens, a serem

disponibilizados no mercado internacional.

Natureza e cultura são combinadas como conteúdo de paisagens estanques, regiões únicas. Cada qual voltada para um segmento mercadológico, como turismo cultural, turismo de sol e praia, ecoturismo, safáris fotográficos.

A lógica da geografia turística africana reproduz a lógica do turismo internacional, isto é, os lugares são tidos como meros destinos, produtos a serem formatados e vendidos a consumidores externos. As territorialidades locais são diminuídas e desvalorizadas. Os espaços formatados para o consumo de turistas sobrepõem-se, na maioria das vezes, aos desejos e necessidades dos habitantes locais.

Os promotores e planejadores do turismo desencadeiam a despolitização, a des-historicização transformada em fatos temporais desconectos e a desterritorialização de suas populações, expondo ao visitante um espetáculo, um cenário a ser consumido, retirando-se a possibilidade da relação entre visitantes e visitados como principal motivação de quem viaja e de quem recebe, entre hóspedes e anfitriões.

Contudo, existem iniciativas cuja mobilização e o foco do desenvolvimento do turismo é o lugar. O turismo de base comunitária, ao contrário do turismo convencional, assenta-se na relação simétrica de poder ente hóspede e anfitrião. Os lugares não são considerados meros destinos de consumidores de paisagens, mas sobretudo, lugares onde vivem pessoas, com suas vidas, crenças, mitos, trabalho e conhecimento. A cultura e a natureza não são vendidas como mercadoria, mas apresentadas como possibilidade de relação, entre uma população, uma comunidade que possui identidade, que por um lado, exige respeito e reconhecimento, e por outro, acolhe, recebe.

Temos consciência das limitações de nosso conhecimento e capacidade de abarcar a realidade espacial de continente tão amplo, tão diverso, tão rico, e que portanto, possui um grande manancial para pesquisas. Apesar disso, não nos furtamos em construir, ao longo dessas páginas, uma reflexão sobre como o turismo estabelece mediações e conexões geográficas, similares ao que ocorre em todo o globo, decorrentes de

relações de poder, de interesses econômicos, de processos históricos e que finalmente selecionam,

organizam e produzem espaço, sob a lógica capitalista da produção.

Notas

1. Embora o continente americano figure, em 2007, com 20% do total das receitas do turismo internacional, importante ressaltar que é os Estados Unidos, sozinhos, ficaram com a maior parte dessa fatia.

2. "...empresas que monopolizam a organização do turismo de massa internacional (Brohman, 1996) ganham grandes lucros através da cobrança de taxas de administração, fazendo investimentos limitados e através de várias licenças de franquia e contratos de serviço. Isso mantém a empresa-mãe em uma posição de controle permitindo assim repatriar a maior parte das divisas. Relativamente grandes quantidades de moeda estrangeira são perdidos para o mundo desenvolvido por causa da dependência estrutural criada através

do espraiamento da propriedade, do controle e do gerenciamento das empresas de turismo no Terceiro Mundo."

3. Em 05/05/2011, 1 dólar americano é igual a cerca de 73 Dinar (moeda argelina), 1513 Xelim (Tanzânia) e 4699 Quacha (Zâmbia).

4. Segundo Dixey, " Bulungula ajudou a formar várias microempresas na comunidade que oferecem atividades de turismo e fornecem outros produtos e serviços para a pousada e seus visitantes. Dentre os produtos e serviços ofertados, vale destacar os passeios a cavalo, canoagem, pesca, massagem, escultura em madeira, uma horta orgânica e o Ilanga Fire Restaurante".

Bibliografia

BUBER, Martin. *Eu e tu*. São Paulo: Centauro, 1974.

DIXEY, Louise. Entrevista ao Instituto Virtual de Turismo. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11623&cat=%C2%A0&ws=0>>. Acesso em 2010.

GRINOVER, Lúcio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra I e II*. Paris: Europa-América, 1972.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. "Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo". In: LIMA, Luiz Cruz (org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998, pp. 15-29.

OKECH, Roselyne. "Tourism development in Africa: focus on poverty alleviation". *The journal*

of Tourism and Peace Research, 1(1), 2010. Disponível em: <<http://www.icptr.com/wp-content/uploads/2011/01/Tourism-Development-in-Africa.pdf>>. Acesso em: mai. 2011.

PORTER, Michael. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2ª. ed. Trad. de Myrna T. Rego Viana. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. "Da fetichização dos lugares

à produção local do turismo". In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). *Turismo, modernidade, globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997, pp. 36-45.

SIMIELLI, Maria Elena. *Geoatlas*. São Paulo: Ática, 2007.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Sites consultados:

<<http://namibian.org/travel/community>>. Acesso em 2011.